

Cabral admite mudar substitutivo para conciliar sistema de governo

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), admitiu ontem, após reunir-se com o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, alterar seu substitutivo, introduzindo uma fórmula presidencialista conciliatória que mantenha a chefia do Governo com Presidente da República e fortaleça o Poder Legislativo.

Para que se possa chegar a essa fórmula de consenso, ele cobrou do Ministro a redação de um documento com as propostas do Governo de fortalecimento do Poder Legislativo. Costa Couto disse-lhe, conforme seu relato, que o Palácio do Planalto propõe a fiscalização, pelo Congresso, do Orçamento da União, o veto aos Ministros e a aprovação pelo Legislativo dos empréstimos e negociações externas, como as que foram feitas, no Governo Figueiredo, com o Fundo Monetário Internacional.

O Ministro prometeu, segundo Cabral, providenciar ainda hoje o documento do Governo, que será juntado a outro com a proposta dos parlamentaristas. De posse de ambos, o Relator, segundo disse,



Arinos e Cabral deixam a casa de Ulysses

poderá chegar a uma fórmula negociada para a questão do sistema de governo.

— Uma coisa é entrar com uma emenda pura e simples e eu a acolher. Outra coisa é entrar com uma fórmula de consenso que evite o confronto — disse Cabral.

O Relator informou que ficou marcado um encontro entre Costa Couto e representantes da corrente parlamentarista para se tentar o consenso.

Cabral não acredita no resultado de qualquer pesquisa sobre a preferência em torno do sistema de governo: para ele, as consultas são falhas porque antecedem o período de negociações.

— E uma questão de lógica, pois daqui a sete dias elas podem ter resultado completamente diferente — disse.

O Relator afirmou que não abrirá mão da redação da anistia aos militares cassados, na forma em que a colocou em seu anteprojeto. Frisou que os artigos 1 e 2, com seus respectivos parágrafos únicos, que tratam da questão, são inegociáveis:

— Estes eu escrevi e não mudo.

Ele admitiu alterar o artigo 32, na parte que se refere à melhoria da aposentadoria dos heróis de guerra. E lembrou que, desde a fase das subcomissões, o texto sobre os que prestaram vigilância no litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial está inalterado.

— Se emendas supressivas me convencerem de que não são heróis de guerra, eu mudo — disse.

Cabral não acredita ter irritado o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, com a posição que assumiu. Observou que o Ministro, com quem tem "as melhores relações", apenas ponderou, na recente reunião ministerial, que a medida acarretaria pesados ônus às Forças Armadas.

Sobre a reforma tributária, ele disse que deixa o problema com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira:

— O Professor Bresser vai ter de entender-se com os Deputados, especialmente os das bancadas nordestinas.

Senador informa ao SNI que o parlamentarismo vence por 2 a 1

BRASÍLIA — O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem ao Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Ivan de Souza Mendes, que a tendência no plenário da Comissão de Sistematização é pela aprovação do sistema parlamentarista de Governo, na proporção de dois votos contra um. De acordo com o Senador, o Ministro não fez nenhum comentário durante a audiência, no Palácio do Planalto.

O levantamento feito por deputados do PMDB é reconhecido como preciso pelas lideranças de todos os outros partidos. A pesquisa revela que 52 dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização apoiam o parlamentarismo. Desses 52, 34 são do PMDB, 11 do PFL, dois do PDS, dois do PTB, um do PCB, um do PC do B e um do PSB.

A tendência parlamentarista, que na bancada do PMDB está na proporção de dois para um, conforme pesquisa que está sendo feita pelo Líder Luiz Henrique, é maior ainda entre os peemedebistas da Comissão de Sistematização, onde o partido tem 49 representantes e, destes, 34 são favoráveis ao regime de Gabinete.

O Líder do PFL, José Lourenço, contesta, porém, a informação de que na Sistematização são 11 os pefelistas favoráveis ao parlamentarismo. Os adeptos deste sistema admitem que houve uma pe-



Senador Fernando Henrique

quena virada na bancada do PFL, mas, ainda assim, os parlamentaristas são maioria.

— Cinco votos do PFL podem virar, sem problemas. Mas outros parlamentares virão votar conosco — disse um dos autores da consulta.

Um dirigente do PFL que apoia o parlamentarismo reconheceu que diminuiu o número de correligionários a favor deste sistema, mas os idealizadores da pesquisa disseram que a maioria parlamentarista pode ainda ser ampliada na Sistematização, pois vários deputados e senadores ainda não foram consultados.

A bancada que dá mais votos

para o parlamentarismo na Comissão de Sistematização, conforme o levantamento, é a de São Paulo, com sete votos. Nela, só foi rotulado de presidencialista o Deputado Theodoro Mendes, que é o autor da emenda presidencialista apoiada pelo Governo. Um voto não computado é o do Deputado João Herrmann, que ainda não se manifestou. Dos sete votos, quatro são do PMDB, um do PFL e dois do PTB.

O Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), conterrâneo do Presidente José Sarney, que reuniu em sua casa, quinta-feira passada, o "estado-maior do parlamentarismo", com o objetivo de discutir o início de entendimentos para que o novo sistema seja instaurado de forma gradual, não foi incluído como parlamentarista.

A Bahia dará cinco votos para o parlamentarismo — todos do PMDB — e outros cinco para o presidencialismo. Desses, dois são do PMDB — Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, ambos ligados ao Governo — e três do PFL. O único voto parlamentarista do Maranhão deverá ser o do Deputado Haroldo Sabóia, adversário do Presidente em sua terra natal.

O PMDB de Minas dará dois votos para o parlamentarismo — do dissidente Pimenta da Veiga e do Deputado Carlos Mosconi —, mas a tese do presidencialismo, defendida pelo Governador Newton Cardoso, é vitoriosa no Estado, com três votos na Comissão de Sistematização.

Saulo: Regime de gabinete só com plebiscito

BRASÍLIA — O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, sustentou ontem a tese de que aos defensores do parlamentarismo caberá a convocação de um plebiscito para submeter à decisão popular a proposta de alteração do sistema de governo. Ele disse que a inclusão do parlamentarismo no anteprojeto do Relator Bernardo Cabral depende de plebiscito.

Sustenta o Consultor que enquanto não houver nova manifestação popular que referende ou altere o plebiscito de 1962, favorável por esmagadora maioria ao presidencialismo, prevalece aquela decisão. Além disso, afirma que a campanha das diretas que redundou na eleição, pela via indireta, de Tancredo Neves, pode ser considerada uma consulta informal sobre o sistema de governo, já que foi promovida dentro do sistema presidencialista.

— Na democracia representativa não há maneira de você derrubar uma vontade do povo brasileiro manifestada por plebiscito. Somente com outra decisão popular isso é possível — disse Saulo Ramos.

Ontem mesmo a tese defendida pelo Consultor ganhou um adepto: o Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) apresentou emenda ao anteprojeto de Cabral convocando plebiscito junto com as eleições municipais de 1988, para os eleitores escolherem se o sistema de governo — da União e dos Estados — será presidencialista ou parlamentarista.

Covas discorda de negociação com Executivo

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, discorda da decisão dos parlamentaristas de nomear uma comissão para negociar com o Presidente José Sarney a implantação do novo regime no País. Para Covas, o entendimento deve ser buscado no Legislativo.

Para ele, a decisão anunciada por parlamentares ligados ao Governo de que estariam encerradas as negociações sobre o tema "até facilita as coisas".

— Se não há ânimo para conversar, não há sentido nesta busca do entendimento.

Covas reuniu-se ontem com o Presidente e o Relator da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o Senador José Richa (PMDB-PR) e o Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenadores dos dois grupos suprapartidários que tentaram um entendimento em torno do projeto da nova Carta.

Covas disse que o encontro serviu para que Cabral expusesse seus planos de trabalho para a elaboração do segundo substitutivo, a partir de hoje. Cabral pretende buscar tudo o que for consenso entre os dois grupos na primeira etapa e deixar os temas polêmicos para uma segunda fase. Até lá, os dois grupos terão mais tempo de buscar o entendimento. Caso contrário, o Relator se definirá pelas propostas que lhe parecerem majoritárias.

Sistematização marca tempo para discussões

BRASÍLIA — Durante a discussão do substitutivo do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), Relator da Comissão de Sistematização, cada um dos 93 parlamentares da Comissão de Sistematização terá apenas a 15 minutos para falar. Com essa limitação, o Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos, o próprio Relator e o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, esperam acelerar os trabalhos da Sistematização, evitando um atraso maior no prazo inicialmente previsto para a promulgação do novo texto constitucional — 15 de novembro.

Bernardo Cabral espera entregar terça-feira próxima o novo texto de seu projeto de Constituição. Os pedidos de destaque, para votação em separado das emendas que não tiverem sido aproveitadas, deverão ser feitos entre os dias 18 a 19 de setembro. No dia 21 começa a votação. O Relator espera que todo esse processo seja concluído no dia 2 de outubro.

Bernardo Cabral disse estar preocupado em conversar com todos os grupos com o objetivo de diminuir o número de pedidos de destaque e acelerar o processo de votação.

Desta forma, o Relator pretende tirar uma média de todas as emendas que tiverem sido apresentadas, privilegiar as propostas de consenso e onde não houver entendimento deixar da forma que está proposto no seu substitutivo, para que a decisão seja tomada pelo voto. Um dos pontos em que ele já considera inviável o consenso é a reforma agrária.

Índio usa graxa de luto para mostrar insatisfação

BRASÍLIA — Ao subir à tribuna ontem pela manhã para defender a emenda popular em favor dos direitos dos índios, Ailton Krenak fez uma encenação que comoveu os constituintes, apanhados de surpresa: pintou o rosto com graxa de genipapo em sinal de luto pelo substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que, disse, "trata os índios como débeis mentais".

De terno e gravata, com paletó claro, Ailton, que é da aldeia Krenak, do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, começou avisando que faria uma manifestação cultural de seu povo. Enquanto falava, começou a passar no rosto um creme preto, explicando que era graxa de genipapo, utilizada nos rituais de luto.

Ele disse que estava fazendo a pintura ritual por causa da "perda do respeito" pelo trabalho desenvolvido pelos índios junto à Constituinte na defesa de seus direitos. Segundo afirmou, houve um retrocesso muito grande nas conquistas que haviam sido asse-



Ailton passa no rosto a graxa enquanto fala

guradas nos primeiros relatórios, e o substitutivo de Berardo Cabral "passou a tratar os índios como imbecis".

Ailton referiu-se também às "agressões e falsas polêmicas" que vêm atingindo os índios, manipuladas por pessoas cujo único interesse é tirar-lhes suas terras". E frisou que a comunidade indígena está indignada.

Proposta mista dá seis anos para Sarney

BRASÍLIA — Uma proposta que prevê mandato de seis anos para o Presidente Sarney, com implantação do parlamentarismo clássico no início de 1990, foi apresentada ontem pelo Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), durante a reunião do "Grupo dos 32" no Instituto Israel Pinheiro. O grupo decidiu, por enquanto, manter o parlamentarismo no projeto de Constituição feito pelo Relator Bernardo Cabral. Vai discutir, porém, no capítulo das Disposições Transitórias, a adoção gradual do sistema.

A idéia prevê a nomeação do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros três meses após a promulgação da nova Constituição. O Presidente delegará atribuições aos Ministros, podendo a qualquer tempo exonerá-los. Mensalmente, o Primeiro-Ministro terá que comparecer à Câmara para discutir o programa de Governo. Em 1989, o Primeiro-Ministro será submetido à Câmara dos Deputados que, com dois terços de seus votos, pode derrubá-lo. A destituição do Primeiro-Ministro implicará na demissão de todo o Conselho de Ministros.

O voto de desconfiança terá que ser apresentado com a assinatura de 50 deputados, no mínimo, e votado em cinco dias. Precisar ser aprovado também por dois terços da Câmara. Se o voto for aprovado, o Presidente apresentará outro nome à Câmara, repetindo-se a providência se o novo nome vier também a ser rejeitado. Apenas no início da Legislatura de 1990 o Presidente nomeará o Primeiro-Ministro para a exercer a Chefia de Governo, o que marcará a adoção definitiva do parlamentarismo.